



**Tribunal de Contas da União**

Secretaria das Sessões

# PLENÁRIO

*Sessão Extraordinária Pública*

Posse do Presidente e Vice

**ATA Nº 49, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018**

**Data da aprovação:** *21 de dezembro de 2018*

**Data da publicação no D.O.U.:** *30 de janeiro de 2019*

ATA 49, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro

Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque

Subsecretária do Plenário: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 10 horas e 38 minutos, na Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Mucio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo e dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira, foram convidados para compor a mesa de honra a Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado da Costa e Silva; a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge; o Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara; o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg; o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli; o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; e o Presidente do Senado Federal, Eunício de Oliveira.

Composta a mesa, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer foi recebido pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, e passou a integrar a mesa à direita do Presidente.

A Presidência declarou, então, aberta a sessão extraordinária do Plenário destinada à posse do Ministro José Mucio Monteiro e da Ministra Ana Arraes, eleitos na sessão de 5 de dezembro corrente, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União para o ano civil de 2019.

Assinalou, também, a presença dos Ministros Eméritos Carlos Átila Alvares da Silva, Iram Saraiva, José Jorge, Ubiratan Aguiar e Valmir Campelo; do Ministro-Substituto Emérito Lincoln Magalhães da Rocha; do Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin; dos Procuradores Marinus Eduardo de Vries Marsico, Júlio Marcelo de Oliveira, Sérgio Ricardo Costa Caribé e Rodrigo Medeiros de Lima; e do Subprocurador-Geral aposentado Sebastião Baptista Affonso. A relação das demais autoridades presentes e citadas durante a sessão consta do Anexo I a esta Ata.

Após o hino nacional, o Ministro José Mucio Monteiro e a Ministra Ana Arraes prestaram o compromisso regimental: “Prometo desempenhar com independência e exação os deveres do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal e as leis do País.”

Lido o termo de posse e nele colhidas as assinaturas do Ministro José Mucio Monteiro e da Ministra Ana Arraes e do Presidente, a Presidência declarou-os empossados nos cargos de Presidente e de Vice-Presidente do TCU, para exercício a partir do dia 1º de janeiro de 2019.

O Presidente transferiu o Grande-Colar de Chanceler da Ordem do Mérito do Tribunal de Contas da União, símbolo da Presidência do Tribunal, ao Ministro José Mucio Monteiro e o conduziu para integrar a mesa de honra da solenidade.

Usaram da palavra, sucessivamente, o Ministro Benjamin Zymler, a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva e o Ministro José Mucio Monteiro (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata).

Por fim, às 12 horas e 10 minutos, a Presidência agradeceu a todos que prestigiaram a solenidade com suas presenças e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

*(Assinado Eletronicamente)*

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO

Subsecretária do Plenário

Aprovada em 21 de dezembro de 2018.

*(Assinado Eletronicamente)*  
RAIMUNDO CARREIRO  
Presidente

ANEXO I DA ATA 49, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Sessão Extraordinária do Plenário)

ex-Presidente da República, José Sarney  
Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha  
Ministro de Estado da Fazenda, Eduardo Refinetti Guardia  
Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Pedro Colnago Junior  
Ministro de Estado da Educação, Rossieli Soares da Silva  
Ministro de Estado da Saúde, Gilberto Magalhães Occhi  
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima  
Ministro de Estado de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab  
Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Wagner de

Campos Rosário

Ministro de Estado dos Direitos Humanos, Gustavo do Vale Rocha  
Ministra de Estado da Advocacia-Geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça  
Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mendes de Farias Mello  
Ministro do Supremo Tribunal Federal, Enrique Ricardo Lewandowski  
Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes  
Governador do Estado de Alagoas, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho  
Governador do Estado do Ceará, Camilo Sobreira de Santana  
Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa  
Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Damata Pimentel  
Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias  
Governador do Estado de São Paulo, Márcio França  
Governador do Estado de Sergipe, Belivaldo Chagas Silva  
Presidente do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha  
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Batista Brito Pereira  
Presidente do Tribunal Regional Federal - 1ª Região, Carlos Eduardo Maul Moreira Alves  
Presidente do Superior Tribunal Militar, José Coelho Ferreira  
Ministro Superior Tribunal de Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho  
Vice-Presidente Superior Tribunal de Justiça, Maria Thereza de Assis Moura  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Antonio Carlos Ferreira  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Antonio Saldanha Palheiro  
Ministra Superior Tribunal de Justiça, Assusete Magalhães  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Benedito Gonçalves  
Ministra Superior Tribunal de Justiça, Fátima Nancy Andrichi  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Humberto Eustáquio Soares Martins  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Joel Ilan Paciornik  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Jorge Mussi  
Ministra Superior Tribunal de Justiça, Laurita Hilário Vaz  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Luís Felipe Salomão  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Luiz Alberto Gurgel de Faria  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Ministro Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi  
Ministra Superior Tribunal de Justiça, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Mauro Luiz Campbell Marques  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Napoleão Nunes Maia Filho,  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Néfi Cordeiro  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Paulo Dias de Moura Ribeiro  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Raul Araújo Filho  
Ministra Superior Tribunal de Justiça, Regina Helena Costa  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Reynaldo Soares da Fonseca  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Bôas Cueva  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Rogério Schietti Machado Cruz  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Sebastião Alves dos Reis Júnior  
Ministro Superior Tribunal de Justiça, Sérgio Luiz Kukina  
Presidente Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Edilberto Carlos Pontes Lima  
Presidente Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Cláudio Couto Terrão  
Presidente Tribunal de Contas do Estado do Paraná, José Durval Mattos do Amaral  
Presidente Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Marcos Coelho Loreto  
Presidente Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Olavo Rebelo de Carvalho Filho  
Presidente Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Edilson de Sousa Silva  
Presidente Tribunal de Contas do Estado de Roraima, Manoel Dantas Dias  
Presidente Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Renato Martins Costa  
Presidente Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Fábio Túlio Filgueiras  
Nogueira  
Presidente Instituto Rui Barbosa, Ivan Lelis Bonilha  
Governador Eleito do Distrito Federal, Ibaneis Rocha

ANEXO II DA ATA 49, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Palavras proferidas pelo Ministro Benjamin Zymler, pela Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva e pelo Ministro José Múcio Monteiro.

### **Discurso do Ministro Benjamin Zymler**

Senhoras e Senhores,

Por especial convite do Ministro José Múcio Monteiro, que recebi com muita alegria, cabe-me a honra de, em nome de meus Eminentíssimos Pares, assim como de todo o Tribunal, saudar Sua Excelência neste momento em que toma posse na Presidência do Tribunal de Contas da União.

Saudamos, também, a Ministra Ana Arraes, que toma posse na Vice-Presidência e na titularidade da Corregedoria do Tribunal.

José Múcio e Ana Arraes são dois pernambucanos com longa relação de amizade, desde a juventude, no Recife. Quis o destino que percorressem trajetória semelhante na vida política, passando pela Câmara dos Deputados, e que se reencontrassem aqui neste Tribunal, vindo a ser companheiros de uma mesma gestão.

São dois grandes amigos de todos nós neste Colegiado, de maneira que saudá-los nos dá grande prazer e orgulho. Espero conseguir honrar o convite e corresponder às expectativas de meus Pares; e torço para que as influências dos grandes oradores desta Corte de Contas, entre eles o também pernambucano Marcos Vilaça, nos inspirem nesta hora em que falamos a Pernambuco e ao Mundo.

O Senador e Ministro pernambucano Marco Maciel, sempre que vinha a esta Casa e ouvia os pernambucanos discursando, comentava de um programa de rádio que dizia “Pernambuco falando para o Mundo”. Uma variação desse slogan tem sido muito usada no Estado, inclusive constava do programa de governo do também saudoso governador Eduardo Campos, filho da nossa querida Ministra Ana Arraes.

A frase nasceu da iniciativa do empresário Francisco Pessoa de Queiroz, dono do Jornal do Commercio, que, após a Segunda Guerra Mundial, adquiriu potentes transmissores da empresa inglesa Marconi para a sua Rádio AM Jornal do Commercio e passou a transmitir para as Américas, Europa e África. Só o jornal do Dr. Pessoa podia se gabar de colocar “Pernambuco falando para o Mundo”. E é daí que vem a lembrança do Senador Marco Maciel.

Pois bem, caro Senador Marco Maciel – figura eterna da República, grande amigo desta Casa –, minhas Senhoras, meus Senhores, dignos pernambucanos que nos prestigiam com suas presenças e que ora nos ouvem, hoje mais uma vez ouviremos Pernambuco falando para o Mundo. Antes, porém, falemos de Pernambuco.

Todos nós aqui neste Tribunal somos testemunhas da capacidade intelectual e da competência nas relações interpessoais de que é detentor o Ministro José Múcio Monteiro.

Natural do Recife, cidade presenteada pela história, levantada entre a água do mar e a mata tropical, idealizada a partir de sua geografia, uma cidade-ilha, como dizia Gilberto Freyre, cortada pelos rios Beberibe e Capibaribe, que FORMAM o Oceano Atlântico (COMO HUMILDEMENTE REGISTRAM OS PERNAMBUCANOS), cheia de ilhas, mangues e pontes, por isso mesmo conhecida como a Veneza brasileira.

Nascido em um 25 de setembro, dia histórico para os ingleses (talvez daí se origine esse seu porte de lorde inglês), nosso novo Presidente é filho de José Múcio Monteiro, que partiu muito cedo, e de Maria Cristina Azevedo de Queiroz Monteiro, mãe zelosa que sempre esteve e ainda está presente na vida de nosso querido amigo José Múcio Monteiro.

Em 1971, graduou-se em engenharia civil pela conceituada e mais que centenária Escola Politécnica, da Universidade de Pernambuco.

Antes mesmo de se formar, trabalhava com seu pai, José Múcio Monteiro. Trabalhou também na Construtora Rabelo S.A., desde 1969, onde ficou até 1972. Naquele ano, foi Superintendente da Usina Cucaú e Diretor-Superintendente do Grupo Armando Monteiro.

Em 1976, com pouco mais de 28 anos, ingressou na vida pública, levado pelas mãos de Roberto Magalhães, então Vice-Governador do Estado de Pernambuco, amigo de seu pai e de seu avô.

Foi eleito Vice-Prefeito do município de Rio Formoso, na região do Barreiros-Sirinhaém de Pernambuco, a 88 km do Recife, conhecida como a “terra de homens destemidos”.

Em 1982, elegeu-se Prefeito da mesma cidade. Diplomado, logo após tomar posse foi convidado pelo já então eleito Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, a ser Presidente da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), cargo que assumiu em 1983.

Ainda em 1983, em decorrência da visibilidade que conquistou na condução da Celpe, foi convidado e assumiu o cargo de Secretário Estadual de Transportes, Energia e Comunicações de Pernambuco.

Nas eleições de 1986, teve o nome lembrado para disputar o governo do Estado, em embate com ninguém menos que Miguel Arraes, que à época contava 70 anos de idade, e já havia sido Prefeito do Recife, Governador de Pernambuco, preso pelo governo militar, exilado e havia sido eleito Deputado federal em 1982, após voltar do exílio. Uma eleição duríssima, sem dúvida.

Abro um parêntese na biografia de Sua Excelência porque me lembro que, falando nessa eleição que o Ministro José Múcio Monteiro disputou com Miguel Arraes, penso que ela foi, de fato, duríssima, mas pelos “causos” que o Ministro Múcio nos conta, deve ter sido, também, divertidíssima.

Aos risos ele narra que entrou na campanha perdendo para Miguel Arraes. Era muito jovem, como disse outro dia aqui no Plenário a Ministra Ana Arraes, filha de Miguel Arraes, contra adversário que já era uma lenda da política.

Pois bem, José Múcio chamava Miguel Arraes de Dr. Arraes. Os marqueteiros de sua campanha diziam a ele que não podia chamar assim o adversário, mas ele não via alternativa. Já possuía uma relação de amizade com a família Arraes, e nutria respeito pelo Dr. Arraes. Resultado: o marqueteiro se demitiu e o Ministro José Múcio tocou sozinho a campanha. Obteve 1 milhão 280 mil votos, chegou quase a empatar com o Dr. Arraes.

Seus comícios ficavam lotados, apesar de artistas e intelectuais do porte de Chico Buarque, Maria Bethânia e outros apoiarem a campanha de Miguel Arraes. A revista Veja fez uma reportagem à época em que o denominou “O fenômeno José Múcio”.

Ele, Múcio, “um menino bom”, como o denominava Miguel Arraes, era o rosto da velha política, do conservadorismo. Miguel Arraes, aos 70 anos, era a cara do novo, a renovação da política de Pernambuco.

No curso da campanha, ele já sabia que ia perder, e adotou a estratégia de oferecer secretarias no seu governo. No final, já tinha 8 futuros secretários de Educação, 9 secretários de Planejamento, e por aí vai. Próximo das eleições, a coisa se tornou tão grande – já havia mais de 100 secretários “apalavrados” – que ele mesmo já estava torcendo para perder, porque senão iria provocar uma guerra em Pernambuco, na hora de honrar essas impossíveis promessas de campanha.

No final, Miguel Arraes foi eleito Governador e elogiou a postura de José Múcio, disse que seu adversário “valorizou sua vitória”. Dr. Arraes dizia sempre que na “velha” política de Pernambuco só havia um recuperável: “o Zé”.

Ficariam amigos por toda a vida, até a morte do Dr. Arraes.

Assim é o carisma do novo Presidente do TCU.

Há histórias divertidíssimas dessa campanha, uma do banheiro, que é impublicável, que ele vai contar depois aos Senhores, ali no Salão Nobre, na hora dos cumprimentos.

Passada a eleição, era hora de decidir seu destino político. Com a instalação da Constituinte em 1987 e a promulgação da Carta Magna em 5 de outubro de 1988, achou que era hora de reorientar sua trajetória para a esfera federal.

Candidatou-se e foi eleito Deputado Federal nas eleições de 1990, as primeiras a serem realizadas sob a égide da nova Constituição. Integrou desde o momento seminal o Congresso Revisor, auxiliando na implementação dos dispositivos da nova Carta Política do País.

Iniciava, então, a carreira de Deputado Federal, na qual iria desempenhar cinco mandatos consecutivos. No segundo mandato (1995-1998), faria uma breve interrupção dessa trajetória, entre 1997 e 1998, quando atuou como Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da cidade do Recife, novamente sob gestão de Roberto Magalhães.

Reeleito em 1998, de volta à Câmara dos Deputados exerceu seu terceiro mandato de Deputado Federal, e seria reeleito mais duas vezes, em 2002 e 2006.

No Legislativo, foi membro e presidiu várias comissões permanentes e especiais, relator de CPI, presidente nacional de partido, líder e vice-líder de blocos e de partido, e líder do Governo na Câmara a partir de 7 de março de 2007.

Em 23 de novembro de 2007, foi convidado e assumiu o cargo de Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, cargo difícil como ele mesmo narra e tem, sem dúvida, orgulho de ter exercido.

Como Ministro de Estado, exerceu as funções de Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que reúne representantes da sociedade – empresários, líderes sindicais, dirigentes de organizações não-governamentais e universidades – no assessoramento direto ao Presidente da República.

Deixou o Parlamento em 28 de setembro de 2009, tendo renunciado ao seu quinto e último mandato, quando foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, tendo tomado posse no dia 20 de outubro de 2009.

Aqui nesta Corte de Contas, desde que chegou o Ministro José Múcio atuou de maneira competente em casos relevantes submetidos a julgamento perante o Tribunal, como, por exemplo, as Contas do Presidente da República relativas aos exercícios de 2011 e 2015, a análise das chamadas “pedaladas fiscais” foi por ele feita.

Atuou em um processo difícil em que se tratou dos desinvestimentos de ativos e empresas do sistema Petrobras. Atuou, também, no desenvolvimento de uma auditoria denominada FiscNordeste que analisa o Tema Desenvolvimento, com ênfase no Nordeste brasileiro.

Em particular atuou no processo mais difícil que entendo dos que conheci, que tratou da prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. O Brasil estava ameaçado por um “apagão” elétrico iminente, Sua Excelência, zelando pela aplicação corretíssima da lei, conseguiu flexibilizar onde era possível, possibilitando prorrogações dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, sempre com regras muito duras, mas que permitiram a superação da crise que se avizinhava.

Bem, senhores, esses são alguns dos exemplos, entre os muitos julgamentos colhidos na jurisprudência da Corte de Contas, relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro. A lista é vasta e ficaríamos aqui a tarde toda a enumerar os casos relevantes trazidos por ele ao Colegiado.

Do ponto de vista quantitativo, Sua Excelência, nesses dez anos de atuação, relatou quase 17 mil acórdãos!

Mas além da grandeza quantitativa, que se reveste de maior valor ainda quando analisada a relatoria do nosso novo Presidente sob a ótica qualitativa, como são provas os exemplos que acabamos de mencionar.

Pessoalmente sempre nos demos muito bem, inclusive porque no futebol somos ambos rubro-negros, eu carioca, flamenguista, ele do Sport Recife, embora o Dr. Lucas Furtado, nosso Subprocurador-Geral, tenha dito que ele é um torcedor moderado.

No campo profissional nos aproximamos muito na época em que assumi a Presidência do Tribunal, em 2011. Na ocasião, o governo vivia uma fase de incompreensões em relação ao trabalho do Tribunal, com muitas críticas.



Sendo eu um Presidente com perfil eminentemente técnico, tive dificuldades de lidar com essa agenda política.

O Ministro Múcio, além de ser dotado de grande habilidade nessa matéria, era egresso do governo anterior, do ex-Presidente Lula, do mesmo partido da Presidente Dilma Rousseff. Ele então nos ajudou muito, comparecia comigo às reuniões na Casa Civil, no Palácio do Planalto, auxiliou o Tribunal no desmonte dessa animosidade do governo em relação ao Tribunal.

Acho que nós dois desenvolvemos essa afinidade, que ainda hoje mantemos, justamente porque nos completamos. Ele, com sua experiência, me auxilia nas minhas deficiências políticas; eu o ajudo na observância dos limites técnicos, do até onde é possível ir. É uma relação complementar de muito respeito mútuo e admiração.

Senhores!

O Brasil vive atualmente um período de grande inquietude em sua história. As instituições públicas estão mais do que nunca em permanente observação pela sociedade brasileira. O cidadão se envolve mais na fiscalização dos gastos públicos. Cobra mais dos governos e dos seus representantes nos três Poderes da República.

Consciente dessa realidade e alerta ao importante papel que desempenha nesse contexto, o Tribunal de Contas da União assume a condição de uma das instituições mais importantes para a travessia desse momento, eis que auxilia o Poder Legislativo na missão constitucional do controle externo e na fiscalização dos recursos públicos aplicados.

Não serão tempos fáceis. No horizonte de 2019 avizinham-se graves dificuldades no campo da economia e das finanças públicas. Nesse cenário, há forte tendência de que a Corte de Contas adquira maior visibilidade, ampliando a responsabilidade de todos nós que aqui atuamos, mais ainda dos que são responsáveis pela sua condução.

A missão é desafiadora. Chega Vossa Excelência à Presidência desta Casa mais que centenária, concebida pelo gênio de Ruy Barbosa, em momento crítico da vida político-administrativa de nosso País.

O êxito dependerá, certamente, do alcance de soluções modernas que possibilitem aos cidadãos dispor de um Tribunal de Contas da União sempre melhor e mais efetivo.

O entrosamento com as Instituições dos três Poderes é essencial nesse momento. Todos temos convicção de que Vossa Excelência exercerá uma Presidência capaz de promover a ampliação desse processo de aproximação entre os diferentes órgãos e entidades da Administração Pública e a instituição constitucionalmente incumbida de operacionalizar o controle externo.

Esse entendimento, que deve respeitar os limites institucionais dos entes estatais, é condição sine qua non para que as novas políticas públicas, a serem implementadas pelo novo governo legitimado pelo sufrágio universal, possam ser operacionalizadas dentro da moldura constitucional e legal.

E mais: vocacionadas ao atingimento das reais necessidades da sociedade.

O Ministro José Múcio Monteiro compreende perfeitamente que o TCU não deve se substituir ao agente político na concepção das alternativas selecionadas para direcionar os caminhos maiores do Estado.

Mas a Corte de Contas pode e deve, de forma altaneira e contributiva, auxiliar na consolidação das escolhas para a implementação das políticas formuladas pelo governo.

Na bagagem, o novo Presidente traz seus conhecimentos e sua enorme experiência parlamentar, hauridos dos mandatos políticos que exerceu, temperados pelas habilidades administrativas desenvolvidas nos cargos que ocupou.

Traz, também, a marca das muitas lutas e disputas que enfrentou, tudo impregnado com a poeira do chão de Pernambuco, dessa terra de heróis que na história da pátria sempre se anteciparam e lutaram para a construção do País soberano que temos hoje.

E não poderia olvidar de um tema que nos aproxima e que já foi objeto de muitas conversas deliciosas com o amigo Presidente: a conexão entre o Estado de Pernambuco e as raízes judaicas fundadas de forma indelével no Nordeste brasileiro.

O período de dominação holandesa fez surgir um momento áureo de desenvolvimento da cultura hebraica no Brasil, e que deu origem à conhecida saga dos judeus pernambucanos que resultou na fundação da cidade de Nova Amsterdam, atual Nova Iorque. Como diz o Ministro José Múcio, de forma humilde, “Pernambuco fundou os Estados Unidos da América”.

Tenho para mim, e ousou afirmar para o amigo José Múcio, que esse trecho histórico simboliza muito bem a maneira como os pernambucanos enfeixam a vocação maior do Brasil de conciliar culturas, povos e religiões distintas.

E Sua Excelência bebeu dessa fonte, e orienta suas ações na busca incessante de uma conciliação construtiva, sugerindo sempre alternativas que conseguem decantar soluções em questões com interesses aparentemente inconciliáveis.

Sabemos, senhores, que o Ministro José Múcio Monteiro irá atuar de forma dedicada para fazer com que a Corte de Contas cumpra sua parte nesse desafio. Sua Excelência já demonstrou competência.

Quando tomou posse no cargo de Ministro desta Corte, ao fazer a saudação em nome do Tribunal, o Ministro Valmir Campelo salientou suas qualidades e suas habilidades, que ora faço repercutir.

Disse Sua Excelência o Ministro Valmir Campelo, hoje Ministro Emérito desta Corte, que nos honra e prestigia com sua presença nesta solenidade:

“Atuante e com grande capacidade de articulação, sempre teve excelente trânsito no Congresso Nacional. Na condição de titular de uma das pastas mais estratégicas da atual Administração, foi responsável pela articulação política do Governo, promovendo a indispensável aproximação do Executivo com as duas Casas Legislativas, bem assim com os partidos políticos e com os governos estaduais e municipais.

Revelou-se aí um mestre de entendimentos, pondo em prática toda sua experiência, haurida na luta cotidiana, para que não houvesse nem vencidos nem vencedores nas lides em que interveio.

Para abreviar essa extensa descrição da biografia do Ministro José Múcio, basta que dele se diga que vem do seio do povo pernambucano, um povo que, como um dia escreveu José Lins do Rego, ‘foi capaz de expulsar os holandeses e fazer o carnaval mais alegre do mundo’”.

Nesta Casa desde 2009, a habilidade do Ministro José Múcio Monteiro já foi testada também em matéria administrativa, tendo ele presidido a Segunda Câmara do Tribunal, o Conselho Editorial da Revista do TCU e a Corregedoria da Corte de Contas.

Agora, para honra de todos nós, coroa essa brilhante trajetória com a Presidência do Tribunal de Contas da União.

Este Plenário não tem dúvidas do acerto na escolha de Vossa Excelência, Ministro José Múcio, para conduzir os destinos da Casa. Ao eleger seu nome, seus Pares estão prolongando a linha de ministros pernambucanos que também presidiram a Corte, entre eles Etelvino Lins de Albuquerque e Marcos Vilaça, exemplos de administrações de sucesso, prenúncio de uma brilhante gestão a ser exercida no ano vindouro.

Sabemos que Vossa Excelência está projetando mudança estrutural no Tribunal. Tem conversado com os colegas, apresentado suas ideias. Junto com a equipe de transição tem detalhado às Autoridades da Casa e ao corpo técnico as projetadas mudanças. De nossa parte, somos receptivos às mudanças. O mundo mudou. A Tecnologia da Informação nos impulsionou a um novo mundo, um novo modo de trabalhar. O TCU tem de acompanhar essas mudanças a fim de racionalizar seus processos de trabalho, reduzir custos e otimizar, ainda mais, os escassos recursos que a sociedade emprega no funcionamento desta Corte de Contas.

Conta Vossa Excelência com o apoio da Ministra Ana Arraes, Vice-Presidente dotada de grande experiência política, com aguçada sensibilidade social já demonstrada nesses mais de sete anos de exercício do cargo de Ministra deste Tribunal, onde tem atuado com postura que revela preocupação com a justiça e com o desenvolvimento social.

A Ministra Ana Arraes é graduada em Direito pela Universidade Católica de Salvador, após iniciar seus estudos na pioneira e prestigiada Faculdade de Direito de Olinda, a mesma onde já estudaram

grandes nomes deste País, inclusive Ruy Barbosa, patrono desta Casa, que ali também iniciou seus estudos jurídicos, concluídos em São Paulo.

Filha do ex-Governador Miguel Arraes e mãe de outro político igualmente renomado, Eduardo Campos, Ana Arraes sempre conviveu com a política, e sempre exerceu mandatos políticos, notadamente na Câmara dos Deputados.

Foi a segunda mulher pernambucana a conquistar um mandato na Câmara dos Deputados, mas a primeira a consagrar-se líder de partido e de bloco.

Nesta Casa já demonstrou habilidade, competência e capacidade de diálogo, atributos que muito auxiliarão na gestão do novo Presidente, José Múcio Monteiro.

Desejamos muito sucesso a Vossa Excelência, Ministra Ana Arraes, nas difíceis missões que a aguardam, de Vice-Presidente e Corregedora do Tribunal. Conte conosco!

Não poderia encerrar essa saudação sem uma palavra ao Presidente cujo mandato se encerra, nosso amigo Ministro Raimundo Carreiro.

Ministro desta Casa desde 2007, escolhido pela unanimidade dos senadores, a posse de Raimundo Carreiro representou, como já foi dito, uma homenagem que o Senado Federal prestou a todos os sérios e dedicados servidores públicos do País.

Funcionário de carreira do Senado, que começou nos cargos mais humildes, na gráfica, como conta com orgulho, o Ministro Raimundo Carreiro chegou ao ápice da trajetória naquela Casa, tendo exercido por 12 anos o cargo de Secretário-Geral da Mesa, servindo sob as presidências de José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, Edison Lobão, Ramez Tebet e Renan Calheiros.

Ninguém permanece por 12 anos em um cargo sensível como o de Secretário-Geral da Mesa, de absoluta confiança, sob o comando de 6 senadores de partidos distintos, se não for profundamente identificado com as atribuições do cargo, dotado de qualificação técnica e capacidade laboral quase insubstituíveis, provas inequívocas da competência do Presidente cuja gestão se encerra.

Diria, mesmo, Ministro Carreiro, que Vossa Excelência era quase um “inamovível”. Tenho dúvidas se Vossa Excelência, se não tivesse vindo para esta Corte, não estaria ainda atuando como Secretário-Geral da Mesa.

Pois bem, senhores, com uma biografia de cidadão absolutamente correto, com toda essa capacidade técnica e administrativa, com profundo conhecimento de nosso Regimento Interno, o Ministro Raimundo Carreiro exerceu uma Presidência exemplar, que hoje lega ao Ministro José Múcio Monteiro e à Ministra Ana Arraes.

Parabéns, Presidente Raimundo Carreiro, pelo excelente trabalho desempenhado. A Corte foi conduzida nesses últimos dois anos com sobriedade, retidão e zelo com a coisa pública.

Retorne para seus processos, eles estão saudosos de Vossa Excelência.

Por fim, dirijo-me aos familiares do Ministro José Múcio, sua esposa Vera, seus filhos Marina, Cecília e Múcio, seus netos, além dos filhos e netos de Vera, que ele considera seus também.

Tenham paciência, como advertiu minha família com sabedoria o Ministro Valmir Campelo, no dia em que tomei posse na Presidência do Tribunal. Foi ótimo para minha esposa, Lenir, e para meus filhos aquela advertência, Ministro Valmir Campelo, que hoje transmito aos familiares do nosso caríssimo José Múcio Monteiro.

Hoje sou eu quem adverte, com a voz da experiência: tenham paciência. E advirto também aos amigos. O violão, que o Ministro Múcio toca com maestria, as serestas, onde canta com voz de profissional, os encontros, as poesias recitadas, as bossas novas – de letras difíceis de todo mundo cantar junto –, tudo isso vai dar lugar à intensificação na agenda de reuniões, audiências, compromissos oficiais, solenidades, eventualmente viagens e missões oficiais, enfim, uma agenda que às vezes, em alguns dias, ameaça transbordar dos limites das 24 horas diárias.

Sejam pacientes, pois o propósito é nobre e o sacrifício se justifica.

É hora de encerrar.

É hora de ouvir o Ministro José Múcio Monteiro.

Hora de ouvir Pernambuco falando para o Mundo.

Recebam, ministros José Múcio Monteiro e Ana Arraes, a saudação fraterna de todos que aqui atuam. Esta Corte sente-se honrada em tê-los como seus novos Presidente e Vice-Presidente.

Os méritos de Vossas Excelências, sua inteligência, seu brilho, tudo nos indica que teremos uma exitosa gestão.

Para finalizar, gostaria de repetir a conclamação que, na condição de Presidente do Tribunal, dirigi à Ministra Ana Arraes no dia de sua posse nesta Casa.

Tudo o que havia de expectativa naquela sessão, Ministra Ana, hoje se renova em esperança ao vê-la, na companhia do novo Presidente, trazer para a condução da Casa as qualidades que Vossa Excelência demonstrou no exercício do cargo de Ministra.

Por tudo isso, conclamo a ambos, pernambucanos: orgulhem seus conterrâneos, orgulhem seu Estado. Pernambuco nos confia as inteligências de Vossas Excelências. Mostrem a todos que irão superar as expectativas de todo o País.

Olhem por seu Estado; julguem para seu País!

Muito obrigado!

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de dezembro de 2018.

BENJAMIN ZYMLER

Ministro

### **Discurso da Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva**

É com imensa satisfação que venho, em nome do Ministério Público que atua perante o Tribunal de Contas da União, saudar o ilustre Ministro José Múcio Monteiro pela sua posse como Presidente dessa Corte de Contas.

Aproveito o ensejo para cumprimentar a distinta Ministra Ana Arraes pela eleição para a Vice-Presidência dessa Egrégia Casa.

Antes de me dirigir ao Presidente eleito, não posso deixar de enaltecer a digna atuação do nobre Ministro Raimundo Carreiro na condução desse Tribunal no biênio 2017/2018.

Vossa Excelência, Ministro Carreiro, enfrentou um complexo e delicado contexto político e econômico nesses últimos dois anos. E, graças a sua tenacidade, conduziu o Tribunal de Contas com sabedoria e competência, transmitindo a gestão dessa instituição centenária a seu sucessor em plenas condições para a continuidade do desempenho das importantes competências constitucionais a ela atribuídas.

Registro o empenho de Vossa Excelência em receber e apoiar o pioneiro plano de ações apresentado pelo Ministério Público junto ao TCU, o qual certamente continuará a merecer a atenção da próxima gestão.

Ministro Carreiro, foi um grande prazer e uma imensa alegria haver partilhado de sua convivência no Plenário dessa Corte de Contas, a partir do momento em que passei a representar o parquet especializado. Tenho certeza de que Vossa Excelência manterá sua incansável disposição para trabalhar, agora de volta à relatoria dos processos e com a convicção do dever cumprido. Meus mais sinceros agradecimentos!

O nobre Ministro José Múcio assume a presidência do Tribunal de Contas da União em momento de grandes transformações e expectativas por parte da sociedade brasileira. Dono de uma carreira pública notável, há mais de 40 anos prestando relevantíssimos serviços à sociedade brasileira, Vossa Excelência está prestes a presidir essa secular instituição que tanto orgulha o país. Não restam dúvidas de que possui todos os predicados e qualificações para conduzir essa gloriosa tarefa com êxito.

Deposito as melhores esperanças nesse ilustre pernambucano, nascido no Recife e que ainda muito jovem, nos idos de 1976, iniciou a vida pública na pequena cidade de Rio Formoso, já tomando contato com as dificuldades e desafios para a busca do bem comum.

Os 20 anos de Congresso Nacional como Deputado Federal foram fundamentais para que Vossa Excelência pudesse exercitar a habilidade de articulação e o dom de carisma que lhe são peculiares. Ressaltam-se, ainda, as passagens pelo poder executivo estadual e municipal, bem como o exercício do cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República entre 2007 e 2009.

Toda essa experiência o talhou para enfrentar os enormes desafios que o aguardam à frente do Tribunal de Contas da União, Casa onde Vossa Excelência tomou posse no cargo de Ministro em 2009 e, desde então, vem desempenhando, com dedicação e competência, o exercício da judicatura de contas.

O Brasil vem atravessando tempos difíceis, de crises política, econômica e sobretudo ética. As instituições foram testadas em seus limites e se saíram muito altivas, com a preservação e o reforço do que é mais caro ao povo brasileiro: a democracia e o Estado de direito. Os desafios futuros não são menores. Estamos experimentando um processo de superação, que encontrará nos próximos anos um tempo de perseverança, trabalho e otimismo. O Tribunal de Contas da União tem competências que a Constituição lhe outorga e que não podem jamais ser declinadas por abalos ou crises. As dificuldades que, porventura, sobrevierem no exercício da presidência, estou certa de que Vossa Excelência as enfrentará com coragem e lucidez, pelo engrandecimento dessa entidade superior de controle.

Ademais, não podemos olvidar que o controle social, cada vez mais atuante em diversos meios, não mais admite retrocesso no combate ao desperdício e à corrupção e demanda o contínuo aperfeiçoamento e a atuação coordenada e colaborativa das instituições, de modo a exigir a sinergia entre competências, poderes, deveres e instrumentos para que, ao fim e ao cabo, a má gestão seja punida e a boa gestão, reconhecida e estimulada.

Nesse contexto, as notórias habilidades de conciliador e articulador reunidas pelo Ministro José Múcio em muito contribuirão para que a Corte de Contas interaja de forma construtiva com as diversas instituições republicanas e exerça com a ponderação devida a sua jurisdição. Vossa Excelência é sabedor que cooperar com outros órgãos e entidades, compreender os limites e dificuldades de cada atuação e integrar os esforços quando há diretrizes comuns não significa abrir mão ou enfraquecer o controle externo, mas reforçá-lo, dar-lhe melhor qualidade e efetividade.

Também não devem ser olvidados os desafios de ordem interna, especialmente com as limitações e restrições de recursos orçamentários e de pessoal, sob a égide do chamado “teto de gastos”. Que Vossa Excelência tenha sucesso com a implementação de reformas e medidas administrativas que mantenham a Corte de Contas como órgão de referência da administração pública, em termos da qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, sempre em busca de se aproximar cada vez mais do cidadão e sendo-lhe mais acessível. Para isso, não lhe faltará a cooperação e o apoio de seus pares, depositários de grande experiência na vida pública e na vivência do Tribunal de Contas, aos quais saúdo na pessoa do eminente Ministro Walton Alencar Rodrigues, decano dessa Casa.

Estou otimista que, com a força do diálogo e da articulação, o insigne Ministro José Múcio poderá conduzir a presidência da Corte de Contas com serenidade, habilidade e firmeza. Espero que Vossa Excelência, mesmo à frente das maiores dificuldades, nunca deixe de ofertar o gracioso sorriso e a capacidade de escutar e compreender.

Esteja certo, Ministro José Múcio, de que o Ministério Público de Contas somará esforços para a melhoria contínua do controle da gestão dos recursos públicos federais – missão maior do TCU, ao desempenhar com rigor, equilíbrio e eficiência o rol de atribuições constitucionais e infraconstitucionais que lhe são afetas.

Finalizando, e creio que em bom tom, não poderia deixar de registrar a veia musical do cidadão José Múcio Monteiro. Desejo que a música continue sendo sua companheira ao longo dessa nova missão e que Vossa Excelência conduza o Plenário e as Secretarias do Tribunal de Contas com maestria, de maneira harmônica e sem desafino. Que se inspire na liberdade artística do improviso, porém, sem nunca

perder de vista a partitura legal e constitucional que rege essa centenária Corte, contando com o auxílio luxuoso de um coro formado por um corpo funcional de alta capacidade técnica.

Sucesso no desafio que o aguarda.

Muito obrigada.

Tribunal de Contas da União, Sala das Sessões, em 11/12/2018

Cristina Machado da Costa e Silva

Procuradora-Geral – MPTCU

### **Discurso do Ministro José Mucio Monteiro**

Senhoras e Senhores,

Tenho a honra de me dirigir a este Plenário pela primeira vez como Presidente do Tribunal de Contas da União, o 51º (quingentésimo primeiro) presidente desta Casa de longa tradição republicana, com seus 128 anos de criação.

Há seis anos, em 2012, quando pela primeira vez fui designado para relatar as Contas do Governo da República, ao ocupar a tribuna para iniciar meu discurso, afirmei que minha impressão naquele momento era a de que ainda não havia ocupado este espaço em ocasião tão relevante desde que chegara ao Tribunal, em 2009.

Pois hoje, ao me postar aqui diante de todos vocês, nesta mesma tribuna, sinto repousar sobre meus ombros uma responsabilidade ainda muito maior. Dever incomparavelmente mais relevante que, por intermédio da vontade de meus Pares, assumo com muita honra.

Presidir uma Instituição do porte desta Corte de Contas em meio aos desafios que este momento da história nos impõe é, certamente, tarefa de grande dificuldade. Recebo a missão com um misto de sentimentos, mas com coragem e determinação, comprometido a auxiliar na construção de um País mais justo, mais fraterno e mais solidário.

Gostaria inicialmente de dirigir uma saudação especial a todos os presidentes, ministros, membros do Ministério Público, servidores e colaboradores que ajudaram a conduzir esta Casa até este dia, preservando sua história de tradição e respeitabilidade construída desde sua criação e instalação, por Ruy Barbosa e Serzedello Corrêa.

E faço essa saudação não apenas em meu próprio nome, mas também no nome da Ministra Ana Arraes, minha amiga, Vice-Presidente que comigo toma posse. Grande companheira de longos anos, nossas vidas estiveram sempre próximas, primeiro em Pernambuco, depois na Câmara dos Deputados, e já há algum tempo, aqui neste Tribunal.

Figura humana extraordinária, traz no sangue a herança de luta do povo de Pernambuco e nos lembra a memória de dois ilustres brasileiros: seu pai, Dr. Miguel Arraes, e seu filho, meu amigo, Eduardo Campos.

Conto com Vossa Excelência, Ministra Ana, para me auxiliar nessa difícil tarefa de conduzir os destinos desta Casa mais que centenária.

Antes de prosseguir, quero agradecer ao Ministro Benjamin Zymler pelas generosas palavras com que nos distingue neste dia, a mim e à Ministra Ana Arraes, neste momento tão significativo de nossas vidas.

Benjamin Zymler tem sido, desde o primeiro dia, um amigo próximo nesta Casa. Como profundo conhecedor do Direito, nos orienta e nos dá um Norte técnico, e esse convívio nos enriquece no dia a dia da fiscalização e do controle externo.

Como bom professor, Benjamin cativa e conquista a amizade daqueles com quem convive, não sendo diferente comigo – não tem sido diferente conosco, Ana.

De suas qualidades já foi dito aqui neste Plenário ser detentor de vasta gama de conhecimentos. Seus Pares dizem que Vossa Excelência promove um debate altivo e respeitoso, é conciliador, e que é muito fácil ser seu amigo e seu admirador.

Saudado hoje por Vossa Excelência em nome dos demais Ministros e de todo o Tribunal, sinto-me prestigiado e promovido, razão pela qual agradeço e aproveito para retribuir, também por intermédio de sua pessoa, essa demonstração de confiança que me devota esta Casa.

De igual modo, agradeço a gentileza das palavras proferidas pela Procuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva, que nos faz a saudação em nome do Ministério Público que atua junto a este Tribunal.

Tive a satisfação de saudá-la no dia em que tomou posse no cargo de Procuradora-Geral desta Corte de Contas, e agora sou brindado com sua gentil retribuição.

Muito obrigado pela generosidade, agradecimento que estendo a todos os membros do MP/TCU, órgão de estatura constitucional que, atuando junto a este Tribunal desde a sua primeira composição, em 1893, desempenha relevantíssima missão institucional e presta inestimável serviço à sociedade.

Cumprimento, também, os membros eméritos do Ministério Público de Contas, na pessoa do Procurador Sebastião Baptista Affonso aqui presente.

Recebam, todos, o nosso abraço, meu e da Ministra Ana.

Também antes de falar qualquer coisa sobre a gestão que está para se iniciar, gostaria de registrar, por questão de absoluta justiça, que um eventual sucesso que alcançarmos será devido, em grande parte, ao empenho e esforço dos presidentes que nos antecederam, muitos deles presentes aqui hoje, neste Plenário, como Walton Alencar Rodrigues, nosso Decano, Benjamin Zymler, que nos fez a saudação, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, além dos ministros eméritos Ubiratan Aguiar, Valmir Campelo, Iram Saraiva e Carlos Átila Álvares da Silva.

Homenageio a todos ressaltando a excelência da gestão que ora se encerra, do meu amigo Ministro-Presidente Raimundo Carreiro.

Profundo conhecedor da administração pública brasileira, com 50 anos dedicados à vida pública, completados ontem, advogado, servidor de carreira do Senado Federal, Secretário-Geral da Mesa daquela Casa por mais de 12 anos, Carreiro, marido de Dona Maria José, chegou no TCU em 2007, por escolha unânime dos senadores, repetindo o caminho trilhado por dois ex-dirigentes daquela Casa: Paulo Affonso e Luciano Brandão, que dá nome a esta Sala de Sessões.

Na chegada, mereceu do Ministro Marcos Vilaça uma saudação permeada de uma série de advertências, incluindo trecho dos sermões do Padre Vieira sobre passarmos a ser filhos de nossas obras. Parece ter tomado à risca os conselhos, pois dez anos depois, em 2017 e 2018, exerceu com brilho seus dois mandatos de presidente.

Conhecedor como poucos profissionais da ciência e da arte interpretativa dos regimentos internos, que manejava com maestria lá no Senado, estudou profundamente o nosso quando veio para cá, e hoje domina – ousa dizer! – como ninguém nesta Casa.

Homem simples, com preparo intelectual, capacidade jurídica e administrativa, sóbrio, discreto, econômico, fez mais com menos como prometeu em seu discurso de posse, e entrega, a mim e à Ministra Ana Arraes, uma Casa em ordem, absolutamente organizada, pronta para novos desafios. Tudo o que for feito por nós será, em grande parte, devido a sua gestão.

Nesta solenidade o Ministro Raimundo Carreiro conclui sua missão e coroa sua trajetória pública exemplar, de servidor, de magistrado de Contas, com essa ótima gestão à frente da Presidência do Tribunal de Contas da União.

É mais um grande nome que em breve irá ornar a galeria dos ex-Presidentes do TCU, servindo de orgulho para seus contemporâneos e de inspiração para as futuras gerações.

Muito obrigado! E parabéns, Presidente Raimundo Carreiro!

Senhoras e Senhores!

Cheguei a esta Casa há pouco mais de nove anos. Enfrentei aqui grandes desafios. Estou consciente de que o País e o mundo acompanham com atenção esse novo ano que se inicia. Essa conjuntura de expectativa faz com que nossa responsabilidade se amplie.

Tenho certeza de que o ano de 2019 representará um desafio para todas as Instituições, sejam elas do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário.

Nós, que conduziremos as instituições, seja no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, nos demais Tribunais, aqui no TCU, no Ministério Público, no Poder Executivo ou no Legislativo, devemos ter em comum a esperança, a solidariedade e a vontade de fazer dar certo, a fim de tornarmos nosso País um lugar melhor para se viver.

No Brasil, assim como em todo o mundo, a sociedade está em acelerado processo de transformação. A tecnologia da informação nos impulsiona, a cada dia, em direção a uma nova Era. As instituições hoje são cobradas por qualquer cidadão com um celular nas mãos. A força das redes sociais está obrigando a uma revisão dos antigos paradigmas. Tivemos exemplo recente na modificação da forma de fazer política em nosso País. Nunca a nossa democracia foi tão direta.

Nesse cenário, o concerto harmônico entre os Poderes torna-se mais necessário do que nunca. Equilíbrio e harmonia são essenciais. O Ministro Toffoli lembrou, ao tomar posse na Presidência do STF, que “a harmonia e o respeito mútuo entre os Poderes da República são mandamentos constitucionais”.

Precisamos atuar como instituição que transforme, que renove, mas que também se renove, que se adapte aos novos tempos e que seja capaz de auxiliar o País a enfrentar seus desafios. Temos que ser uma instituição que lidere pelo exemplo.

Aqui no TCU pretendemos fazer a nossa parte, fiscalizando para que as pessoas tenham uma saúde melhor, mais educação, mais segurança, acesso a melhores serviços. Investindo nessas ações, estaremos investindo na cidadania!

Essa missão se projeta além da descrição de nossas competências, que englobam funções fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva, normativa, de ouvidoria e muitas vezes de caráter educativo.

Em nossa gestão, pretendemos centrar esforços em algumas diretrizes básicas, entre elas contribuir para a realização das pautas prioritárias dos três Poderes, de modo a apoiar a implementação da agenda do Estado brasileiro e garantir o bom funcionamento da administração pública.

Para isso concentraremos nossa atuação institucional nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento nacional, fomento à transparência e prevenção à corrupção.

O TCU é órgão de Estado, não de governo. O controle, preservando o seu papel, tem o desafio de auxiliar na execução dessa pauta, dialogando e criando conexões entre as diferentes esferas de poder. Nessa direção, podemos, também, atuar em questões às vezes ignoradas pela pauta política.

Muitos trabalhos extremamente relevantes para a sociedade são desenvolvidos aqui no TCU, mas muitas vezes passam despercebidos da mídia e não chegam ao conhecimento da sociedade.

Podemos atuar, por exemplo, na formulação de soluções inovadoras e eficientes, entre o Estado e a iniciativa privada, com vistas à entrega de melhores serviços públicos.

Nesse sentido, e sem alarde, o TCU pode colaborar na retomada do desenvolvimento econômico do País.

Não somos e nem queremos ser vistos apenas como o órgão julgador que aponta o erro do gestor e sanciona a conduta irregular ou ilegal.

Este Tribunal tem procurado atuar na busca pelo entendimento com o gestor público, e temos observado a ocorrência de boas práticas em toda a administração pública brasileira, nas suas diversas áreas de atuação.

Temos consciência de que quem faz as instituições são as pessoas que nelas atuam. Nos diversos órgãos e empresas que estão sob nossa jurisdição, atuam gestores bem-intencionados, motivados e com espírito aberto a colaborar para o engrandecimento da instituição e do País.

Estudo da OCDE elencou seis competências-chave para todo bom gestor público. Entre elas destaco o espírito inovador, isto é, a motivação para buscar novas soluções para os problemas de sempre, e o foco



no usuário, ou seja, o alinhamento do gestor com as reais necessidades do cidadão, do usuário da política pública, com vistas à otimização do serviço e, conseqüentemente, do dinheiro público empregado.

Estimular no gestor público o desenvolvimento dessas competências deve ser também atribuição desta Corte de Contas, que queremos exercer em plenitude no futuro próximo que nos aguarda.

Exercer e divulgar!

Não devemos nos acomodar apenas na divulgação das exceções, das condutas irregulares, das sanções aplicadas aos maus gestores condenados.

É preciso divulgar os exemplos do bom gestor, enaltecer as condutas que merecem ser copiadas, replicadas em todas as instituições do País.

Estou certo de que o esforço que empreendermos nessa direção poderá induzir ao surgimento cada vez mais numeroso de boas práticas em toda a Administração do País, auxiliando a promover uma transformação na gestão pública brasileira.

Outro tema no qual pretendemos dar contribuição ao País é no combate às desigualdades regionais, um dos problemas estruturantes da Nação.

Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, preceito da Constituição Federal, constante do inciso III do art. 3º, que os governos deveriam observar, mas que não tem sido devidamente cumprido nesses 30 anos de vigência da Carta Magna.

Precisamos contribuir para minimizar as injustiças no pacto federativo, com vistas a uma distribuição mais equitativa das riquezas nacionais. Afinal, o Tribunal de Contas que integramos não é o Tribunal do Sul, ou o Tribunal do Sudeste, ou o Tribunal de qualquer outra Região ou parcela do País. É hora, mais do que nunca, de reafirmarmos nossa vocação de ser o Tribunal de todo o País, de trabalharmos para unir a Nação, de sermos verdadeiramente o que expressa a nossa denominação: o Tribunal de Contas da União.

Senhoras, Senhores!

Esse é um resumo muito sucinto das ideias que pensamos em implantar em nossa gestão à frente do Tribunal. Não quero cansá-los com um relato técnico. São muitas as metas. Os recursos, entretanto, são limitados e escassos. A colaboração de todos – ministros, Ministério Público, servidores, colaboradores – será indispensável para que alcancemos êxito em nossos propósitos.

Necessitaremos, igualmente, de apoio externo ao Tribunal. Projetamos, nesse sentido, uma ampliação nas relações institucionais da Corte com os principais atores da República. A gestão se pautará pela proatividade e transparência no relacionamento com as instituições, setores estratégicos e sociedade organizada.

Como um bom entrosamento interno é essencial para nos relacionarmos bem externamente, dedicarei parcela significativa de meu esforço pessoal a ampliar as práticas de diálogo entre as autoridades e o corpo técnico da Casa, de modo a alcançarmos esses objetivos.

Esse Tribunal é dotado de um dos melhores quadros de servidores do País, de reconhecida excelência. Conto com cada um dos servidores, com cada um de vocês, auditores, técnicos, que são o alicerce desse grande edifício guardião constitucional dos recursos públicos federais, para nos auxiliar a bem cumprir essa missão.

Nesse aspecto, agradeço particularmente aos servidores de meu gabinete, alguns dos quais me acompanham desde que aqui cheguei, como Ricardo Gaban, chefe de meu gabinete, na pessoa de quem saúdo e homenageio a todos.

Agradeço, também, a todos os servidores que aceitaram o convite para colaborar conosco nesse novo desafio. Cumprimento cada um nas pessoas de Maurício Wanderley, Paulo Wiechers e Luiz Henrique Pochyly, os novos secretários-gerais, além de Marcelo Pimentel, novo secretário das sessões.

Ao longo de sua história, esta Instituição tem desempenhado papel extremamente relevante ao País, controlando a aplicação dos recursos públicos federais e auxiliando no aperfeiçoamento da administração pública brasileira.

O futuro da Corte de Contas será o que todos nós fizermos dela.

Por isso, volto a enfatizar: temos que ser uma instituição que lidere pelo exemplo!

Vamos dar exemplos! Arregaçar as mangas, trabalhar juntos e fazer a diferença!

A caminho do encerramento, peço licença aos Senhores para fazer menção a nomes que me pede o coração. A gratidão é a memória do coração, já disse Santo Agostinho.

No campo político, preciso agradecer a Roberto Magalhães, que me iniciou na política, ao povo de Pernambuco, que me deu cinco mandatos, e ao ex-presidente Lula, que me fez Ministro.

Pois a partir de agora, quem fala é meu coração.

Primeiramente trago à lembrança o nome de meu pai, José Múcio Monteiro, que partiu muito cedo. Se me faltou sua presença, ficou a marca de seu caráter, que muito me ajudou a chegar até aqui.

A minha mãe, Maria Cristina, que, embora não tenha consciência da importância desse momento, está, como sempre esteve, muito presente em minha vida.

É a eles que dedico este momento.

Lembro, também, a memória de meus avós, o paterno e o materno. Um me ensinou a caminhar; o outro, deu sentimento aos meus passos.

Quero agradecer aos meus tios que me prestigiam com suas presenças, Ricardo Brennand, tia Gracita, tia Do Carmo, que aqui também representa a memória de meu tio Armando Monteiro Filho, muito querido de todos nós, que nos deixou este ano.

Quero também homenagear duas ausências importantes nesta solenidade, meus tios Ana Maria e Rômulo, que não puderam comparecer, mas a quem igualmente agradeço.

Agradeço a todos vocês, e sou grato principalmente pelo apoio que sempre me deram. Na ausência do meu pai, vocês foram pessoas muito importantes na minha formação.

Quero agradecer também a meus primos e sobrinhos aqui presentes.

Agradeço aos meus irmãos, que Deus nos deu a ventura de sermos, com o passar do tempo, cada vez mais amigos.

Agradeço, igualmente, aos amigos que acompanham esta solenidade. Aos amigos de todas as casas e lugares por onde passei. Os de longe e os de perto, a todos agradeço sensibilizado.

Na esfera mais íntima, agradeço a Margot Monteiro, por tudo o que representou nessa trajetória, e porque me deu os três filhos que um dia eu sonhei ter.

Agradeço a minha mulher Vera, que chegou na hora precisa e exata, trazendo com ela, para junto de mim, seus filhos e filhas, genros, noras e netos, que, hoje, os considero meus também.

E finalmente, agradeço aos meus queridos filhos Marina, Cecília e Múcio, minha nora, meus genros e meus netos Joana, Francisco, Henrique, Guilherme e Joaquim, o popular Juca, e com os versos de Tom Jobim, expresso todo o meu sentimento nessa hora:

“Quero a vida sempre assim, com vocês perto de mim, até o apagar da velha chama”.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de dezembro de 2018.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO

Ministro